UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO NETO

**A hipersuficiência e o dilema da proteção:
a evolução do Direito do Trabalho e as transformações do mundo do trabalho**

São Paulo
2020

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO NETO

**A hipersuficiência e o dilema da proteção:
a evolução do Direito do Trabalho e as transformações do mundo do trabalho**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Direito.

Área de Concentração: Direito do Trabalho e Seguridade Social

Orientador: Prof. Titular Dr. Nelson Mannrich.

São Paulo
2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Franco Neto, Georgenor de Sousa

A hipersuficiência e o dilema da proteção: a evolução do Direito do Trabalho e as transformações do mundo do trabalho ; Georgenor de Sousa Franco Neto ; orientador Nelson Mannrich -- São Paulo, 2020.

189

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Seguridade Social) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Direito. 2. Direito do Trabalho. I. Mannrich, Nelson, orient. II. Título.

Nome: FRANCO NETO, Georgenor de Sousa

Título: A hipersuficiência e o dilema da proteção: a evolução do Direito do Trabalho e as transformações do mundo do trabalho.

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À Laura, que chegou quando esta tese já havia começado,
e à vovó Mimi, que partiu pouco antes do ponto final.

AGRADECIMENTOS

Se o agradecimento é uma forma de demonstrar carinho e respeito, gostaria de expressar meu carinho e respeito...

Ao meu orientador, Prof. Dr. Nelson Mannrich, por sua imensa capacidade de motivar quando a fraqueza se avizinhava, por seus ensinamentos preciosos e pela sua incansável vontade de fazer seus alunos andarem para frente.

Aos meus amigos que nunca me deixaram desistir, em especial aos meus amigos Álvaro Cesar, pelas reflexões jurídicas e palavras de apoio, e Fernando Favacho, pelas antigas e novas parcerias.

À Tatiana Cejkinski, sempre disposta a escutar.

À minha irmã, Carolina Franco, pelas palavras de apoio, presenciais ou a distância.

À minha sogra, Jacira Costa Rocha, pelo carinho e pelos momentos que dividimos o cuidado com a Laura.

À minha mãe, Elza Franco, e ao meu pai, Georgenor Franco Filho, por sempre perguntarem sobre a tese, por me acalmarem quando o nervoso se fazia presente, por me apoiarem, mesmo nas escolhas mais incertas, por me ajudarem na busca das soluções.

À minha esposa, Rita Rocha Franco, por tantas coisas que, nem se eu usasse todas as palavras que já foram escritas, conseguiria traduzir o que sinto.

Por fim, à Laura, minha filha, tão pequena, que sequer sabe o que é uma tese, mas que com seu sorriso, sua risada e suas descobertas, me dava força para continuar. Obrigado, filha, por ter cedido parte do tempo que deveríamos estar juntos para que eu pudesse concluir esta tese.

RESUMO

FRANCO NETO, Georgenor de Sousa. **A hipersuficiência e o dilema da proteção**: a evolução do Direito do Trabalho e as transformações do mundo do trabalho. 2020. 189 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A reforma trabalhista de 2017 promoveu profundas mudanças no Direito do Trabalho. Dentre elas, criou a figura do empregado hipersuficiente. Segundo a dicção do Parágrafo único do art. 444 da CLT, o empregado que detivesse diploma de nível superior e recebesse salário igual ou superior ao dobro do teto de benefícios do Regime Geral da Previdência Social teria maior liberdade para negociar diretamente com seu empregador os termos do contrato de trabalho. As condições que esse empregado poderia negociar são aquelas elencadas no art. 611-A, também incluído pela reforma na CLT. Para que o contrato do hipersuficiente prevalecesse sobre as convenções e acordos coletivos e sobre a lei, o legislador afastou a incidência dos princípios da norma mais favorável e da condição mais benéfica. Esta tese defende que os critérios inseridos no Parágrafo único do art. 444 violam o princípio da igualdade e o inciso XXXII do art. 7º da Constituição da República. Por outro lado, em razão de uma mutação constitucional, a limitação da incidência do princípio protetivo, bem como a criação de uma categoria com reduzida proteção e maior liberdade de negociação são constitucionais, desde que este grupo seja composto por sujeitos que realmente não demandem muita proteção legal. Nesta tese, utilizando o *critério da posição hierárquica* e observando as legislações espanhola e italiana, defendemos que o conceito de hipersuficiente passe a compreender os altos dirigentes das empresas, pois eles exercem poder diretivo, determinando os rumos da empresa, e estão sujeitos à tênue subordinação. Adicionalmente, defendemos que por meio de negociação coletiva seja possível ampliar as hipóteses de trabalhadores com liberdade de negociação similar aos empregados hipersuficientes.

Palavras-chave: Hipersuficiente. Mutação Constitucional. Parágrafo único do art. 444. Subordinação. Poder Diretivo. Hierarquia.

ABSTRACT

FRANCO NETO, Georgenor de Sousa. **Hypersufficiency and the protection dilemma**: the evolution of labor law and the transformations of the world of work. 2020. 189 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

The 2017 labor reform has led to profound changes in labor law. Among them, he created the figure of the hypersufficient employee. Under the sole paragraph of Article 444 of the CLT, an employee holding a higher-level diploma and receiving a salary equal to or more than twice the benefit ceiling of the General Welfare Scheme would be free to negotiate directly with his employer the terms of the employment contract. The conditions that this employee could negotiate are those listed in Article 611-A, also included by the CLT reform. *In* order for the hypersufficient contract to prevail over collective conventions and agreements and the law, the legislature shifted the focus from the principles of the most favorable norm and the most beneficial condition. This thesis argues that the criteria inserted in the sole paragraph of Article 444 violate the principle of equality and item XXXII of Article 7 of the Constitution of the Republic. On the other hand, due to a constitutional change, limiting the incidence of the protective principle as well as creating a category with reduced protection and greater freedom of negotiation are constitutional, provided that this group is composed of subjects that do not really demand much legal protection. *In* this thesis, using the criterion of hierarchical position and observing the Spanish and Italian legislations, we argue that the concept of hypersufficient comes to understand the senior managers of companies, because they exercise the power to determine the direction of the company, and are subject to tenuous subordination. Additionally, we argue that through collective bargaining, it is possible to broaden the chances of workers with freedom of negotiation similar to those who are hypersufficient.

Keywords: Hypersufficient. Constitutional mutation. Sole paragraph of Article 444. Subordination. Governing Power. Hierarchy.

SOMMARIO

FRANCO NETO, Georgenor de Sousa. **Ipersufficienza e dilemma della protezione:** l'evoluzione del diritto del lavoro e le trasformazioni del mondo del lavoro. 2020. 189 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

La riforma del lavoro del 2017 ha portato a profondi cambiamenti nel diritto del lavoro. Tra questi, ha creato la figura dell'impiegato ipersufficiente. Secondo il solo comma dell'art. 444 del CLT, un dipendente in possesso di un diploma di livello superiore e che riceve uno stipendio pari o superiore al doppio del massimale del regime di previdenza generale avrebbe una maggiore libertà di negoziare direttamente con il datore di lavoro i termini del contratto di lavoro. Le condizioni che questo dipendente potrebbe negoziare sono quelle elencate nell'art. 611-A, incluso anche nella riforma del CLT. Affinché il contratto ipersufficiente prevalesse sulle convenzioni e sugli accordi collettivi e sulla legge, il legislatore ha spostato l'attenzione dai principi della norma più favorevole e della condizione più vantaggiosa. Questa tesi sostiene che i criteri inseriti nell'unico paragrafo dell'art. 444 viola il principio di uguaglianza e l'articolo XXXII dell'art. 7 della Costituzione della Repubblica. D'altra parte, a causa di un cambiamento costituzionale, la limitazione dell'incidenza del principio protettivo e la creazione di una categoria con una protezione ridotta e una maggiore libertà di negoziazione sono costituzionali, a condizione che questo gruppo sia composto da soggetti che non richiedono molto. protezione legale. *In* questa tesi, usando il criterio della posizione gerarchica e osservando le legislazioni spagnola e italiana, sosteniamo che il concetto di ipersufficiente arriva a comprendere gli alti dirigenti delle società, perché esercitano il potere di determinare la direzione dell'azienda e sono soggetti a una tenue subordinazione. Inoltre, sosteniamo che attraverso la contrattazione collettiva, è possibile ampliare le possibilità dei lavoratori con una libertà di negoziazione simile a quella dei lavoratori ipersufficienti.

Parole chiave: ipersufficiente. Mutazione costituzionale. Unico comma dell'art. 444. Sottordinazione. Potere direttivo. Gerarchia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Apresentação	11
Justificativa e importância do tema	11
Delimitação do tema	13
Metodologia	15
Problematização	16
Organização dos capítulos	17
CAPÍTULO 1 O DIREITO DO TRABALHO E A HIPOSSUFICIÊNCIA DO TRABALHADOR	19
1.1 O fundamento do Direito do Trabalho e o empregado hipossuficiente	19
1.2 O princípio da proteção como pilar do Direito do Trabalho	25
1.3 Panorama histórico da proteção do trabalhador por meio do Direito do Trabalho: a predominância do trabalhador hipossuficiente	31
1.4 O mundo do trabalho hoje e a pluralidade no mundo do trabalho	47
CAPÍTULO 2 O EMPREGADO HIPOSSUFICIENTE E O EMPREGADO HIPERSUFICIENTE	72
2.1 Principais características do trabalhador hipersuficiente: aspectos gerais do Parágrafo único do art. 444 da CLT	73
2.1.1. <i>Os requisitos legais</i>	75
2.1.2. <i>O tratamento legal do empregado hipersuficiente</i>	77
2.2 Críticas ao Parágrafo único do art. 444 da CLT	90
CAPÍTULO 3 REPENSANDO A HIPERSUFICIÊNCIA – EM BUSCA DE UM CONCEITO DE EMPREGADO HIPERSUFICIENTE	107
3.1 Um acerto de diagnóstico: a reforma trabalhista e a pluralidade no mundo do trabalho	107
3.1.1 <i>Semelhanças e diferenças entre o empregado hipossuficiente e o empregado hipersuficiente</i>	108
3.2 Subordinação e dependência do empregado hipossuficiente e do empregado hipersuficiente ..	111
3.3 Os poderes do empregado hipersuficiente e a sua posição na estrutura da empresa	117
3.4 A liberdade contratual do empregado hipersuficiente e a natureza do Direito do Trabalho	121
3.5 O alcance do princípio da proteção no contrato do hipersuficiente	123

CAPÍTULO 4 A CONSTITUCIONALIDADE DA HIPERSUFICIÊNCIA DO TRABALHADOR	128
4.1 A concretização e a metódica estruturante de Friedrich Müller	129
4.2 As mudanças sociais relevantes para compreensão da concretização constitucional	137
4.3 O programa normativo e o âmbito normativo de três normas constitucionais	141
4.3.1 <i>O princípio da Igualdade</i>	142
4.3.2. <i>Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa</i>	145
4.3.3 <i>O art. 7º</i>	149
4.4. A inconstitucionalidade dos critérios do Parágrafo único do art. 444 da CLT	155
4.5 A constitucionalidade do <i>critério da posição hierárquica</i>	157
4.6. A constitucionalidade do princípio protetivo, conforme o Parágrafo único do art. 444 da CLT	161
4.7. Os limites constitucionais da preponderância do contrato individual do trabalhador hipersuficiente	163
4.8 A dicotomia e a natureza do Direito do Trabalho e a Constituição	165
CAPÍTULO 5 POR UMA REDEFINIÇÃO DA HIPERSUFICIÊNCIA	167
5.1 Respondendo às perguntas propostas	169
5.2 Ajustes necessários e proposta para uma alteração da legislação	170
CONCLUSÃO	173
REFERÊNCIAS	177

INTRODUÇÃO

Apresentação

A presente investigação terá como foco a figura que a doutrina denomina de empregado hipersuficiente.¹ Ela está regulada pelo Parágrafo único do art. 444 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e foi introduzida pela Lei n. 13.467,² de 13 de julho de 2017, que promoveu uma das maiores reformas na legislação trabalhista brasileira.

Essa figura tem causado muitas controvérsias, por alargar o campo de autonomia negocial do empregado. A legislação garante a preponderância do contrato de trabalho do hipersuficiente em relação ao negociado coletivamente e ao legislador – ao menos nos temas que a lei autoriza a negociação. Para conseguir tal desiderato, o texto legal acaba por limitar a incidência do princípio protetivo.

Justificativa e importância do tema

Uma das principais justificativas para escolha deste tema é a envergadura da reforma legislativa promovida pela Lei n. 13.467/2017. A denominada “reforma trabalhista” gerou impacto em praticamente todos os setores do Direito do Trabalho e desafiou paradigmas consolidados. Mudanças dessa abrangência se impõem à ciência do Direito e, por si só, justificam seu estudo.

O foco no empregado hipersuficiente decorre do ineditismo da figura e da quebra do padrão legislativo, sempre fortemente protetivo. O ineditismo suscita dúvidas e gera ônus para a Academia fornecer interpretações que tornem a norma mais clara e que solucione problemas. A figura do hipersuficiente desafia os limites do conceito de contrato de trabalho, permitindo reflexões que podem ser aproveitadas em diversos aspectos do Direito do Trabalho, como o alcance do princípio protetivo.

O Parágrafo único do art. 444 afasta, em parte, a sua incidência. Porém, a leitura tradicional desse princípio poderia justificar a invalidade do novel dispositivo. Tal situação impõe ao intérprete buscar elementos para dirimir a dicotomia – o princípio continua incidindo

¹ Ao longo desta tese, também será usada apenas a expressão “hipersuficiente”.

² Ao longo desta tese, serão usadas as expressões “reforma da legislação trabalhista”, “reforma trabalhista”, “reforma de 2017” ou simplesmente “reforma” para se referir à Lei n. 13.467/2017.

por inteiro ou foi mitigado? Esses elementos podem ser encontrados na Constituição da República,³ e como o texto constitucional não é expresso em definir o tipo de trabalhador, nem em impedir claramente qualquer redução de direito, uma avaliação mais pormenorizada da Constituição e do contexto histórico das normas laborais é caminho seguro para compreender como o princípio da proteção poderá incidir na figura do hipersuficiente sem anulá-lo.

A abordagem constitucional se justifica pela centralidade que a Constituição tem no ordenamento jurídico. Optou-se por estudar a questão a partir do fenômeno da mutação constitucional, avaliando se ele ocorreu e quais as consequências para o caso. Esta abordagem se justifica porque o neoconstitucionalismo se colocou como um fato que compele a filtragem constitucional de todas as normas do ordenamento jurídico. Atualmente, praticamente todas as mudanças legais com alguma relevância social geram demandas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), tornando premente a necessidade de avaliar a constitucionalidade da norma.

As mudanças sociais das últimas décadas tornam plausível o uso, por parte dos Ministros do Supremo, da interpretação evolutiva da Constituição. Afinal, a reforma trabalhista será a primeira oportunidade de grande envergadura para o STF se debruçar sobre o tema dos direitos constitucionais dos trabalhadores – certamente a questão dos direitos trabalhistas como cláusulas pétreas irá surgir.

Por serem muitas as questões não abordadas de frente pelo STF, um estudo que analise a reforma pelo prisma constitucional e que tente responder à questão da constitucionalidade de ao menos um dispositivo, se justifica, na medida em que a Academia deve contribuir para o debate jurídico.

Espera-se que a análise aqui empreendida e a tese proposta contribuam para o debate científico. Se o papel da Academia é auxiliar na busca pelo esclarecimento ou, quando for o caso, na formulação metódica de perguntas, espera-se que estas reflexões ajudem a comunidade jurídica a compreender melhor as mudanças recentes no Direito do Trabalho ou, ao menos, que ela possa formular perguntas de maneira mais clara.

³ Ao longo desta tese, também será usada apenas a expressão Constituição e pela sigla CRFB.

Delimitação do tema

A tese irá se debruçar sobre o Parágrafo único do art. 444 da CLT, introduzido pela Lei n. 13.467/2017. A análise terá foco nas questões materiais envolvendo o dispositivo – ficam de fora aspectos processuais, como a possibilidade de uso da arbitragem (art. 507-A, CLT).

A análise dos aspectos materiais tem duas preocupações:

- a) Constitucionalidade: aferir se o dispositivo incluído pela reforma é constitucional.
- b) Unidade do Direito do Trabalho: avaliar se a maior liberdade negocial dada pelo Legislador descaracteriza o contrato do hipersuficiente como uma espécie de contrato de trabalho, por conta da limitada incidência do princípio protetivo.

O legislador adota dois critérios para identificar o hipersuficiente: ter diploma de nível superior e perceber salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Defende-se nesta tese que esses dois critérios são inconstitucionais, mas que a opção por estabelecer diferenças entre os trabalhadores não é. Significa que a Constituição da República permite que se façam diferenciações entre classes de trabalhadores, mas os critérios adotados violam preceitos constitucionais. Por outro lado, a redução de proteção com fito de garantir maior liberdade de negociação não desnatura o contrato do hipersuficiente como um contrato de trabalho. Assim, para que a constitucionalidade desse tipo de contrato exista e sua identificação com o Direito do Trabalho se mantenha, os critérios adotados devem ser alterados. Devem-se adotar critérios que levem em conta a posição hierárquica do empregado, o que permitiria a formação de grupo mais homogêneo de trabalhadores, sem violar, por exemplo, o princípio da igualdade.

Não basta a análise dos critérios adotados pela lei, é necessário também saber se a liberdade concedida é constitucional. A finalidade será analisar se as hipóteses de negociação e o alcance do princípio da proteção segundo a nova lei são constitucionais e não descaracterizam o contrato do hipersuficiente como um contrato de trabalho. De acordo com o entendimento adotado, poucas são as hipóteses de negociação (art. 611-A) que têm incompatibilidades com a Constituição da República, e nenhuma delas descaracteriza o contrato do hipersuficiente como um contrato de trabalho. Igualmente, a limitação sofrida pelo princípio da proteção não viola dispositivos constitucionais nem a autonomia do Direito do Trabalho: não foram retirados

direitos fundamentais do trabalhador (art. 7º, CRFB), nem a sua proteção foi anulada – esta foi apenas reduzida, em nome da ampliação dos poderes de negociação individual.

Defenderemos que os critérios adotados pelo legislador são incompatíveis com a Constituição da República, mas não a liberdade de negociação concedida ao hipersuficiente, pois o alcance da proteção pode ser reduzido, sem violar norma constitucional. Para equacionar essa contradição, o legislador deveria alterar os critérios constantes do Parágrafo único do art. 444 da CLT (diploma de nível superior e salário no mínimo o dobro do teto da Previdência Social). Para isso, propõe-se o uso do critério da posição hierárquica, instrumento dogmático que permite a composição de um grupo mais homogêneo, reunindo pessoas com maior poder e importância na estrutura empresarial, detentora de maior capacidade de negociação, ou seja, trabalhadores com amplos poderes diretivos, o que resulta em posição privilegiada na empresa, com melhores condições de negociação.

Não implica incompatibilidade com as bases do Direito do Trabalho a existência de um contrato de trabalho com menor abrangência de proteção. Para que o contrato do hipersuficiente permaneça sujeito ao Direito do Trabalho, é preciso que o conjunto de direitos fundamentais (art. 7º, CRFB) seja garantido e que algum tipo de proteção no plano infraconstitucional seja mantido – neste caso, o princípio do *in dubio pro operario* permanece eficaz.

Este é o recorte epistemológico desta tese: investigar de que forma um contrato de trabalho com maior liberdade negocial e menor proteção pode se compatibilizar com a Constituição e com o Direito do Trabalho, notadamente com seu caráter protetivo.

Metodologia

Para o desenvolvimento desta tese, trabalhar-se-á em dois níveis: o infraconstitucional e o constitucional. No plano infraconstitucional, será central a análise do Parágrafo único do art. 444 e do art. 611-A da CLT. Em menor escala, também será relevante apreciar o art. 611-B consolidado. No plano constitucional, terão destaques o art. 7º, o art. 1º, inciso IV (valores sociais do trabalho e da livre iniciativa) e o princípio da igualdade (art. 5º). Também serão utilizadas a jurisprudência e a legislação internacionais, particularmente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), conforme o caso. Tudo isso com aporte teórico de autores – nacionais e estrangeiros – da doutrina trabalhista e constitucionalista.

A apreciação do princípio protetivo será central no trabalho, uma vez que um contrato de trabalho com maior liberdade contratual exige menor proteção. Porquanto o Direito do Trabalho tem como um dos seus principais objetivos proteger o trabalhador, e a Constituição fundamenta isso, o dilema do nível de proteção se impõe.

Para esta tese, será necessária a elaboração de um recorte histórico. Inicialmente, pretendemos demonstrar como as mudanças das relações de trabalho impactaram na formação do Direito do Trabalho – com foco na questão protetiva do trabalhador hipossuficiente – e, em seguida, como as mudanças recentes do mercado de trabalho implicam o surgimento de uma figura como o trabalhador hipersuficiente. Este arcabouço histórico também será relevante no exame da mutação constitucional, fenômeno jurídico que ajuda a explicar a constitucionalidade do contrato do hipersuficiente. Esses elementos, somados, vão permitir demonstrar que o princípio protetivo pode ser reduzido, sem que isso signifique inconstitucionalidade ou desnaturação do contrato do hipersuficiente como uma espécie de contrato de trabalho.

Para a análise da mutação constitucional, será utilizada, também, a noção de concretização constitucional, especialmente o ferramental teórico desenvolvido por Friedrich Müller. Sua descrição da estrutura da norma jurídica ressalta a interação do texto com os elementos da realidade social. Ela fornece uma visão do fato integrado à norma que facilitará a demonstração da mutação constitucional decorrente das mudanças no mercado de trabalho.

Para fundamentar a caracterização do hipersuficiente a partir de sua posição na estrutura empresarial, procederemos à comparação com os regimes jurídicos da Espanha e da Itália.

Problematização

Alguns questionamentos deverão ser respondidos para a fundamentação satisfatória desta tese. Certamente, outros questionamentos podem surgir, porém aqui estão os pontos básicos para fornecer uma fundamentação mínima:

a) Os dois critérios adotados pelo Parágrafo único do art. 444 da CLT são constitucionais?

b) Para viabilizar uma maior liberdade de negociação, o Parágrafo único do art. 444 da CLT limitou a aplicação do princípio protetivo. Diante disto pergunta-se:

b.1) essa situação é constitucional?

b.2) um contrato desse tipo ainda pode ser denominado “de trabalho”?

Ao longo da tese, procuraremos demonstrar que:

a) Os dois critérios legais (diploma de nível superior e percepção de salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do RGPS) são inconstitucionais, pois violam o princípio da igualdade. O princípio da igualdade permite que se trate de forma desigual aqueles que são desiguais. Todavia, os critérios acabam por agregar um grupo muito heterogêneo de pessoas. Fatalmente, seriam alcançadas pessoas que não têm condições de negociar com seu empregador. Dessa forma, os critérios seriam inconstitucionais.

b) A forma que o Parágrafo único do art. 444 encontrou para dar maior liberdade de negociação foi equiparar o seu contrato individual aos instrumentos de negociação coletiva. Nas entrelinhas, a lei afastou a incidência dos princípios da prevalência da norma mais favorável e da condição mais benéfica. Esses são critérios que buscam solucionar conflitos normativos. E, no caso, a nova legislação já estabelece a preponderância da norma individual.

b.1) Tal situação não é inconstitucional, primeiro porque a Constituição da República não é expressa quanto ao princípio protetivo; segundo, o STF nunca tratou do tema de forma peremptória; terceiro, podemos apontar o efeito da mutação constitucional, uma vez que as mudanças no mercado de trabalho são tão profundas que justificariam uma outra interpretação da CF; quarto, os direitos fundamentais dos trabalhadores previstos na CF não foram afastados pela nova legislação, mantendo-se um mínimo de garantias; quinto, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa ou não são violados, ou são potencializados nesta nova formatação.

b.2) Tal espécie de contrato pode continuar a ser adjetivada como “de trabalho”. Um contrato que dê preponderância à negociação individual não afeta o núcleo protetivo do Direito do Trabalho. Primeiro, há uma gama de direitos fundamentais garantidos pela CF que não foram alterados; segundo, no cenário de alteração profunda do mercado de trabalho, há de se modificar certas estruturas até para se garantir os valores sociais do trabalho; terceiro, ainda há proteção do trabalhador, notadamente, pela limitação das matérias que podem ser negociadas e pela incidência do *in dubio pro operario*, que iria beneficiar o trabalhador em caso de dúvida interpretativa.

Esses questionamentos nos levam ao terceiro:

c) Qual critério poderia substituir aqueles adotados pela legislação?

Entendemos que o critério da posição hierárquica é um instrumento dogmático mais adequado para guiar o legislador na escolha dos critérios a serem incluídos na lei. A diferenciação entre trabalhadores calcada na posição hierárquica já existe em outros países, como na Espanha e na Itália. A experiência estrangeira demonstra que esse tipo de contrato não perde sua natureza trabalhista. Se adotado pela legislação pátria, o critério seria totalmente compatível com o princípio da igualdade, pois, realmente, seria estabelecido um *discrímen* claro e o grupo alcançado seria homogêneo.

Essas são as perguntas básicas desta tese.

Organização dos capítulos

O corpo da tese está dividido em cinco capítulos, introdução, conclusão e referências bibliográficas. O primeiro capítulo, denominado “O Direito do Trabalho e a Hipossuficiência do Trabalhador”, analisa alguns fundamentos do Direito do Trabalho, em especial o princípio protetivo. Também busca compreender a figura do trabalhador hipossuficiente. Os dois últimos tópicos são dedicados a um panorama histórico, que servirá de base para compreender as mudanças que justificam a criação do empregado hipersuficiente e as mutações pelas quais a Constituição de República passou.

O segundo capítulo, denominado “O empregado hipossuficiente e o empregado hipersuficiente”, busca explicar a figura introduzida pelo Parágrafo único do art. 444 da CLT, bem como analisar algumas das principais críticas feitas a ela. Também neste capítulo está localizado um panorama sobre figuras correlatas da legislação espanhola e italiana.

Chegando ao terceiro capítulo, denominado “Repensando a hipersuficiência – em busca de um conceito de empregado hipersuficiente”, o conceito de hipersuficiente é problematizado e, partindo do critério da posição hierárquica, apontamos caminhos para a reformulação da legislação.

No quarto capítulo, denominado “A constitucionalidade da hipersuficiência do trabalhador”, defende-se a ocorrência de uma mutação constitucional que permite a mitigação do princípio protetivo e a ampliação das hipóteses de negociação individual entre empregado e empregador. Ainda defendemos a inconstitucionalidade do critério legal presente no Parágrafo único do art. 444 da CLT. No final desse mesmo capítulo, abordamos a questão da autonomia do Direito do Trabalho.

No quinto capítulo, denominado “Por uma redefinição da hipersuficiência”, apresentamos nossa tese de reformulação dos critérios que definem o hipersuficiente na legislação brasileira.

CONCLUSÃO

Vivemos um contexto histórico de profundas mudanças sociais e tecnológicas que impactam todas as esferas da vida, e a esfera do trabalho não fica de fora. A internet, a inteligência artificial e tantas outras tecnologias vêm mudando a forma como as pessoas exercem seus ofícios, quando não extinguindo profissões – como demonstramos, a perspectiva é de que muitas formas de trabalho deixem de existir nas próximas décadas. Se a tecnologia irá apenas causar o apocalipse dos trabalhadores, ou se ela irá criar novas e excitantes formas de trabalho, não há como responder. O que se pode constatar é que as mudanças legislativas recentes não responderam a todas as demandas trazidas pelos novos tempos.

A reforma de 2017 foi a mais ampla alteração pela qual passou a CLT. Seu impacto no Direito do Trabalho é incontornável. Em certa medida, iniciou um processo de mudanças que prossegue ainda hoje (vide a Lei n. 13.874/2019). Mesmo assim, as mudanças sociais e tecnológicas pressionam o legislador por reformas.

As alterações concretizadas e as tentadas – como a MP n. 881/2019, que não foi totalmente aprovada – testam os limites do Direito do Trabalho. O que gera a pergunta: por quanto tempo perdurará o Direito do Trabalho como ramo autônomo?

Essa questão é melhor compreendida quando estudamos a figura do empregado hipersuficiente, inserida no Parágrafo único do art. 444 da CLT. As condições para o surgimento de uma figura como o hipersuficiente já existiam antes das mudanças tecnológicas atuais – tanto que países como Espanha e Itália já permitiam contratos de trabalhos menos protetivos –, porém o cenário atual potencializa mudanças legislativas que flexibilizem as relações de trabalho.

Ao ampliar as possibilidades de negociação individual e limitar a incidência do princípio protetivo, a figura do hipersuficiente mexe com dois pilares do Direito do Trabalho.

O primeiro pilar é a negociação coletiva. A legislação laboral busca equilibrar a relação empregador e empregados. Estes, individualmente, são hipossuficientes. O empregador depende deles para o funcionamento do seu empreendimento, mas individualmente, o empregado não é imprescindível, pois o empregador pode substituir seus empregados sem prejudicar o fluxo dos negócios. Coletivamente, os trabalhadores tornam-se imprescindíveis. Isso obriga o empregador a negociar. Por conta disso, o Direito do Trabalho privilegia os

arranjos coletivos. Quando a legislação atribui ao hipersuficiente a capacidade de negociar individualmente, coloca em xeque esse primeiro pilar.

Como ramo vocacionado à tutela do trabalhador, o segundo pilar do Direito do Trabalho é o princípio protetivo. Em suas três formas, ele soluciona conflitos normativos e dúvidas hermenêuticas em favor do trabalhador. Para viabilizar os contratos de trabalho firmados pelos empregados hipersuficientes, a legislação precisou afastar os princípios da norma mais favorável e da condição mais benéfica. Em substituição, estabeleceu regra segundo a qual o contrato individual prevaleceria sobre os instrumentos coletivos e sobre a lei. Ao fazê-lo, o legislador relativizou um princípio fortemente aplicado pela jurisprudência do TST e que é definidor do Direito do Trabalho.

Essa figura impôs o desafio de demonstrar que a maior liberdade negocial individual era compatível com os fundamentos do Direito do Trabalho e com a Constituição da República. Também surgiu a necessidade de analisar se os critérios legais definidores da hipersuficiência eram compatíveis com a Constituição.

Os critérios do diploma de nível superior e de salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social se provaram problemáticos e inconstitucionais. Eles criam um grupo de trabalhadores muito heterogêneo, além do risco de incluir sujeitos que, de fato, são hipossuficientes. Isso viola o princípio da igualdade. Este princípio impõe que todos recebam o mesmo tratamento legal. No caso, eventuais discriminações devem se basear em aspectos concretos e formar grupos homogêneos.

O critério do diploma de nível superior viola ainda o inciso XXXII do art. 7º da Constituição da República, que proíbe a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual. O inciso aceita que a lei regule profissões específicas, o que ele veda é o estabelecimento de regime jurídico geral fundado na distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual, algo que o Parágrafo único do art. 444 da CLT faz.

Em substituição a esses critérios, defendemos que o hipersuficiente deveria ser definido como aquele empregado que recebe de seu empregador a competência para exercer as três dimensões do poder diretivo (poder de organização, diretivo *stricto sensu* e disciplinar). Quem detém esses poderes está sujeito a uma subordinação tênue. Por essas características e por influenciarem fortemente nos rumos da empresa, colocar os altos dirigentes como hipersuficientes, com a possibilidade de negociar mais livremente os termos do seu contrato de

trabalho, é uma garantia de que o princípio da igualdade não será violado, pois temos um grupo claramente delimitado que não demanda tanta proteção legal.

A identificação desses empregados como hipersuficientes se deu pela adoção do *critério da posição hierárquica*, uma formulação aqui proposta que defende a observância da relação entre o grau de subordinação e a quantidade de poder diretivo atribuído ao empregado. Esse critério permite identificar variados estágios de hipersuficiência ao longo da estrutura hierárquica empresarial. Por conta disso, e sabendo da abrangência desejada pelo legislador reformador, propusemos também a possibilidade de negociação coletiva ampliar os casos de hipersuficiência, o que permitiria que mais trabalhadores negociassem diretamente com seus empregadores.

Se os critérios definidores da hipersuficiência presentes no Parágrafo único do art. 444 da CLT são inconstitucionais, destino diferente têm a limitação do princípio protetivo e a possibilidade de tratamento diferenciado entre trabalhadores.

A Constituição da República não impede que o princípio protetivo seja mitigado, uma vez que ele nem é previsto expressamente no seu texto. Claro, a falta de previsão expressa não inviabiliza sua existência, apenas torna mais fácil que a legislação afaste sua incidência. A mesma Constituição também não proíbe expressamente o estabelecimento de tratamentos distintos entre trabalhadores diferentes. Em verdade, o princípio da igualdade viabiliza isso.

Porém, os dois fatores determinantes para defendermos a constitucionalidade da mitigação do princípio protetivo e a criação de uma figura hipersuficiente está no fenômeno da mutação constitucional e no fato de o STF nunca ter analisado profundamente as normas trabalhistas presentes na Constituição da República.

As mesmas mudanças que desafiam a legislação trabalhista também impõem uma mudança no âmbito normativo das normas constitucionais, implicando mutação dos sentidos das normas. As mudanças são tão profundas que é justificável defender uma nova interpretação do princípio da igualdade, do art. 7º e dos valores sociais do trabalho, no sentido de reconhecer uma maior variedade de formas de relações de trabalho e de graus de proteção. Também é possível compatibilizar o modelo de hipersuficiência proposto nesta tese, bem como a possibilidade de, por negociação coletiva, ampliar os casos de hipersuficiência, com o conteúdo do referido artigo.

Sim, todas as propostas que vão no sentido de liberalizar a negociação individual e reduzir a proteção dos trabalhadores é vista como afronta às bases do Direito do Trabalho.

Todavia, além da constitucionalidade demonstrada ao longo deste trabalho, devemos sempre lembrar que o Direito do Trabalho também tem a função de coordenação, instituindo balizas para que as partes da relação jurídica trabalhista estabeleçam suas normas contratuais, seja coletiva, seja individualmente.

Assim, não é a ampliação das hipóteses de negociação que fragiliza os fundamentos do Direito do Trabalho. O que pode ameaçar o Direito do Trabalho como ramo autônomo são dois fatores. Primeiro, a anulação completa dos seus princípios. No caso do princípio protetivo, como ele ainda incide, mesmo que parcialmente, sobre o contrato de trabalho do hipersuficiente, podemos dizer que esse pilar não foi atingido – alterado sim, mas não a ponto de justificar o fim do Direito do Trabalho. O segundo fator é a retirada de todos os direitos fundamentais do trabalhador. O texto constitucional pode passar por mudanças pontuais que reduzam direitos trabalhistas – uma vez que não são cláusulas pétreas –, mas não se pode anular todos eles.

Enquanto a Constituição da República prever um conjunto básico de direitos trabalhistas e enquanto existir um princípio protetivo – que, juntos, garantam o mínimo de dignidade ao trabalhador –, poderemos defender a autonomia do Direito do Trabalho.

REFERÊNCIAS

ADAMOVICH, Eduardo Henrique Reymundo von. XXXII – Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos. *In*: MARTINEZ, Luciano; TEIXEIRA FILHO, João de Lima. **Comentários à Constituição de 1988 em matéria de direitos sociais trabalhistas**: uma homenagem aos 30 anos da constituição da república e aos 40 anos da academia brasileira de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2019.

AGUIAR, Antônio Carlos. **Direito do trabalho 2.0**: digital e disruptivo. São Paulo: LTr, 2018.

ALEMÃO, Ivan. A reforma trabalhista de 2017 e o TST. **Revista LTr**, ano 81, v. 09, p. 1121-30, set. 2017.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução Virgílio Afonso da Silva. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

ALONSO OLEA, Manuel; CASAS BAAMONDE, Maria Emilia. **Derecho del trabajo**. 15. ed. Madrid: Civitas, 1997.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. **Direitos humanos dos trabalhadores**. São Paulo: LTr, 2016.

ANJOS, Newton dos. Negociação coletiva: uma oportunidade ainda inexplorada. *In*: ZAVANELLA, Fabiano; ROCHA, Marcelo Oliveira (org.). **O primeiro ano de vigência da Lei n. 13.467/2017 – reforma trabalhista**: reflexões e aspectos práticos. São Paulo: LTr, 2018.

ARAUJO, Francisco Rossal de. **A boa-fé no contrato de emprego**. São Paulo: LTr, 1996.

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JR., Vidal Serrano. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ARRUDA, Kátia Magalhães. **Direito constitucional do trabalho**: sua eficácia e impacto do modelo neoliberal. São Paulo: LTr, 1998.

ÁVILA, Ana Paula Oliveira; RIOS, Roger Raupp. Mutação constitucional e proibição de discriminação por motivo de sexo. *In*: MENDES, Gilmar Ferreira; MORAIS, Carlos Blanco (org.). **Mutações constitucionais**. São Paulo: Saraiva, 2016.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BALERA, Felipe Penteado. A reforma trabalhista e o fim social do estado social. **Revista LTr**, ano 81, v. 9, p. 1092-3, set. 2017.

BARBOSA, Arnaldo Afonso; PIRES, Rosemary de Oliveira. A reforma trabalhista e o “hipersuficiente”. *In*: PIRES, Rosemary de Oliveira; GEMIGNANI, Tereza Asta; MARANHÃO, Ney (coord.). **Contratos flexíveis na reforma trabalhista**: trabalho em tempo parcial, teletrabalho, trabalho intermitente, trabalhador hipersuficiente e terceirização. Belo Horizonte: RTM, 2019.

BARROS, Alice Monteiro. **Contratos e regulamentações especiais de trabalho: peculiaridades, aspectos controvertidos e tendências**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2010.

_____. **Curso de direito do trabalho**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2010.

BARROS, Ana Paula Paiva; POZELLI, Marcia Regina. A reforma trabalhista e a aplicação das convenções internacionais da OIT no Brasil. *In*: CUÉLLAR, Martha Elisa Monsalve; SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves; PIERDONÁ, Zélia Luiza (coord.). **Impacto das normas internacionais da OIT no direito do trabalho e da seguridade social: homenagem ao prof. Cássio de Mesquita Barros Junior**. São Paulo: LTr, 2018.

BARROS JUNIOR, Cássio de Mesquita. Modernização da CLT à luz da realidade brasileira. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 86, p. 99-115, jan. 1991.

BARROSO, Fábio Túlio. **Novo contrato de trabalho por prazo determinado**. Curitiba: Juruá, 2004.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

_____. Novos paradigmas e categorias de interpretação constitucional. **Revista OABRJ**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2008, p. 201-260, jul./dez. 2008.

_____. Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. *In*: SOARES, José Ronald Cavalcante (coord.). **Estudos de direito constitucional: homenagem a Paulo Bonavides**. São Paulo: LTr, 2001.

BASTOS, Celso Ribeiro. O direito do trabalho nas constituições. *In*: DUARTE, Bento Herculano (coord.). **Manual de direito do trabalho: estudos em homenagem ao prof. Cássio de Mesquita Barros Junior**. São Paulo: LTr, 1998.

BATISTA, Lygia Maria de Godoy. Poderes do empregador. *In*: DUARTE, Bento Herculano (coord.). **Manual de direito do trabalho: estudos em homenagem ao prof. Cássio de Mesquita Barros Junior**. São Paulo: LTr, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Tradução Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. 3. ed. Bauru: Edipro, 2005.

_____. **Teoria do ordenamento jurídico**. Tradução Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. 10. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

BOTELHO, NADJA MACHADO. **Mutação constitucional**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1991. Acesso em: 13. jun. 2018.

BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti. Autonomia negocial dos trabalhadores hipersuficiente. *In*: DELLAGRAVE NETO, José Affonso; KAJOTA, Ernani (coord.). **Reforma trabalhista ponto a ponto**: estudos em homenagem ao professor Luiz Eduardo Gunther. São Paulo: LTr, 2018.

_____. A desvalorização da negociação coletiva. *In*: MARANHÃO, Ney; TUPINAMBÁ, Pedro Tourinho (coord.). **O mundo do trabalho no contexto das reformas**: análise crítica, homenagem aos 40 anos da AMATRA 8. São Paulo: LTr, 2017.

BULOS, Uadi Lammêgo. Da reforma à mutação constitucional. **Revista de Informação Legislativa**, ano. 33, n. 129, p. 25-43, jan./mar. 1996.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARVALHO, Augusto César Leite de. **Direito do trabalho**: curso e discurso. São Paulo: LTr, 2016.

CASAGRANDE, Cássio Luís; GOZDECKI, Vinícius. A reforma trabalhista, o “contrato realidade” e as fraudes à relação de emprego. *In*: DELLAGRAVE NETO, José Affonso; KAJOTA, Ernani (coord.). **Reforma trabalhista ponto a ponto**: estudos em homenagem ao professor Luiz Eduardo Gunther. São Paulo: LTr, 2018.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Breves comentários às principais alterações propostas pela reforma trabalhista**. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2017/05/09/breves-comentarios-principais-alteracoes-propostas-pela-reforma-trabalhista/>. Acesso em: 13. jun. 2018.

_____. VI – Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo. *In*: MARTINEZ, Luciano; TEIXEIRA FILHO, João de Lima. **Comentários à Constituição de 1988 em matéria de direitos sociais trabalhistas**: uma homenagem aos 30 anos da constituição da república e aos 40 anos da academia brasileira de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2019.

CASTELO, Jorge Pinheiro. **Panorama geral da reforma trabalhista**: aspectos do direito material. São Paulo: LTr, 2018, v. 1.

_____. **Panorama geral da reforma trabalhista**: aspectos do direito processual. São Paulo: LTr, 2018, v. 2.

CEZARIO, Priscila Ferreira da Silva. Questões polêmicas envolvendo a reforma da regulamentação da jornada de trabalho e das férias. *In*: MANNRICH, Nelson (coord.). **Reforma trabalhista**: reflexões e críticas. São Paulo: LTr, 2018.

CHIARELLI, Carlos Alberto. **Temas contemporâneos na sociedade do trabalho**. São Paulo: LTr, 2007.

COELHO, Inocêncio Mártires. **Interpretação constitucional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

COSMÓPOLIS, Mario Pasco. Los principios y el derecho del trabajo em el Perú. *In*: SILVESTRE, Rita Maria; NASCIMENTO, Amauri Mascaro (coord.). **Os novos paradigmas do direito do trabalho**: homenagem a Valentin Carrio. São Paulo: Saraiva, 2001.

COSTA, Orlando Teixeira da. **O direito do trabalho na sociedade moderna**. São Paulo: LTr, 1999.

CRUZ VILLALÓN, Jesús. **Compendio de derecho del trabajo**. 11. ed. Madrid: Tecnos, 2018.

DE GIORGI, Raffaele. O futuro do trabalho e o seu direito. **Revista direito Mackenzie**, 2017.

_____. Por uma ecologia dos direitos humanos. **Opinião Jurídica**, ano 15, n. 20, p. 324-340, jan./jun. 2017.

DE LA CUEVA, Mario. **El nuevo derecho mexicano del trabajo**. 6. ed. México: Porrúa, 1980.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.

_____. **O poder empregatício**. São Paulo: LTr, 1996.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

DUARTE, Bento Herculano. Princípios de direito do trabalho. *In*: DUARTE, Bento Herculano (coord.). **Manual de direito do trabalho**: estudos em homenagem ao prof. Cássio Mesquita Barros. São Paulo: LTr, 1998.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. Tradução Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **O império do direito**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 6. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 2004.

FERRARI, Irany. Características remanescentes do período corporativista. *In*: NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **A transição do direito do trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 1999.

_____. Sujeição da relação de emprego: o empregado. *In*: GIORANI, Francisco Alberto da Motta Peixoto; MARTINS, Melchíades Rodrigues; VIDOTTI, Tarcio José (coord.). **Fundamentos do direito do trabalho**: estudos em homenagem ao Ministro Milton de Moura França. São Paulo: LTr, 2000.

_____; NASCIMENTO, Amauri Mascaro; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho**: homenagem a Armando Casimiro Costa. São Paulo: LTr, 2002.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **A ciência do direito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Direitos humanos fundamentais**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Princípios fundamentais do direito constitucional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FRANCO FILHO, Georgeton de Sousa. **Curso de direito do trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2019.

_____. **Globalização & desemprego: mudanças nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

_____. **Globalização do trabalho: rua sem saída**. São Paulo: LTr, 2001.

_____. **Reforma trabalhista em pontos**. São Paulo: LTr, 2018.

FRAZÃO, Ana. Função social da empresa. *In*: CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz (coord.). **Enciclopédia jurídica da PUCSP**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/222/edicao-1/funcao-social-da-empresa>. Acesso em: 1 jan. 2020.

FREDIANI, Yone. Relações de trabalho no terceiro milênio e seus reflexos no mercado de trabalho. *In*: FREDIANI, Yone (coord.). **A valorização do trabalho autônomo e livre-iniciativa**. Porto Alegre: Magister, 2015.

FREITAS, Manoel Mender de. Contrato individual do trabalho – características. *In*: DUARTE, Bento Herculano (coord.). **Manual de direito do trabalho: estudos em homenagem ao prof. Cássio Mesquita Barros**. São Paulo: LTr, 1998.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Tradução Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALANTINO, Luisa. *Diritto del lavoro*. 11. ed. Turim: G. Giappichelli, 2001.

GALLACCI, Fernando Bernardi. **O STF e as cláusulas pétreas: o ônus argumentativo em prol da governabilidade?**. 2011. Disponível em: http://www.sbdp.org.br/arquivos/monografia/193_Fernando%20Gallacci.pdf. Acesso em: 15 jun. 2018.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito do trabalho**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GASPAR, Danilo. Hipersuficiente ou parassuficiente: quem é o trabalhador do art. 444, Parágrafo único da CLT? *In*: CALCINI, Ricardo; MENDONÇA, Luiz Eduardo Amaral. **Perguntas e respostas sobre a lei da reforma trabalhista: obra coletiva por ocasião dos 2 anos da Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2019, v. 1.

GAUTHIER, Gustavo; LEGUINA, Florencia Tarrech. Crowdlending, crowdfunding e blockchain. Tradução Ana Carolina Reis Paes Leme e Rodrigo de Melo Alexandre. *In*: LEME, Ana Carolina Reis Paes; RODRIGUES, Bruno Alves; CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende (coord.). **Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano**: a interdição da mão de obra a partir das plataformas eletrônicas e seus efeitos jurídicos e sociais. São Paulo: LTr, 2017.

GIAMBIAGI, Fábio; SCHWARTSMAN, Alexandre. **Complacência**: entenda por que o Brasil cresce menos do que pode. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. **Curso de direito do trabalho**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

GOULART, Rodrigo Fortunato. Empregado hipersuficiente e negociação individual. *In*: DELLAGRAVE NETO, José Affonso; KAJOTA, Ernani (coord.). **Reforma trabalhista ponto a ponto**: estudos em homenagem ao professor Luiz Eduardo Gunther. São Paulo: LTr, 2018.

_____. O art. 444, Parágrafo único da CLT (empregado hipersuficiente) fere o princípio da não discriminação? *In*: CALCINI, Ricardo; MENDONÇA, Luiz Eduardo Amaral. **Perguntas e respostas sobre a lei da reforma trabalhista**: obra coletiva por ocasião dos 2 anos da Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2019, v. 1.

HESSE, Konrad. **Temas fundamentais do direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

HOBBSBAWN, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

_____. **Globalização, democracia e terrorismo**. Tradução José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOFFMANN, Fernando. **O princípio da proteção ao trabalhador e a atualidade brasileira**. São Paulo: LTr, 2003.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; WENZEL, Letícia Costa Mota. A reforma trabalhista e os contratos de trabalho em curso. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo: RT, ano 44, v. 192, p. 35-44, agosto 2018.

JUCÁ, Francisco Pedro. **A constitucionalização dos direitos dos trabalhadores e a hermenêutica das normas infraconstitucionais**. São Paulo: LTr, 1997.

_____. Os direitos individuais fundamentais do trabalhador. *In*: NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **A transição do direito do trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 1999.

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. Tradução João Batista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

_____. **Manual de direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MAGANO, Octavio Bueno. Desenvolvimento da economia e do emprego. **Revista do TST**, v. 65, n. 1, out./dez. 1999.

_____. **Do poder diretivo na empresa**. São Paulo: Saraiva, 1982.

_____. **Manual de direito do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 1991, parte geral.

_____. **Manual de direito do trabalho** 2. ed. São Paulo: LTr, 1988, v. II.

_____. **Manual de direito do trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1990, v. III.

_____. **Manual de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1987, v. IV.

_____. **Primeiras lições de direito do trabalho**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. Princípios do direito do trabalho e os avanços da tecnologia. *In*: SILVESTRE, Rita Maria; NASCIMENTO, Amauri Mascaro (coord.). **Os novos paradigmas do direito do trabalho**: homenagem a Valentin Carrio. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. Princípios ou diretrizes do direito do trabalho. *In*: NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **A transição do direito do trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 1999.

MALLET, Estevão. O princípio constitucional da igualdade e o trabalho da mulher. *In*: FRANCO FILHO, Georgeton de Sousa (coord.). **Trabalho da mulher**: homenagem a Alice Monteiro de Barros. São Paulo: LTr, 2009.

MANNRICH, Nelson. **A modernização do contrato de trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

_____. A retipificação do contrato de trabalho. *In*: NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **A transição do direito do trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 1999.

_____. Empregabilidade, ocupação e novas formas de trabalho. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo: USP, v. 100, p. 103-19, jan./dez. 2005.

_____. Futuro do direito do trabalho, no Brasil e no mundo. **Revista LTr**, n. 11, v. 81, p. 1287-99, nov. 2017.

_____. Novo debate sobre tema antigo. *In*: MANNRICH, N. *et al* (coord.). Novos temas e desafios no mundo do trabalho. **Anais da Academia Nacional de Direito do Trabalho**. São Paulo, LTr, 2013.

_____. Reinventando o direito do trabalho. *In*: FREDIANI, Yone (coord.). **A valorização do trabalho autônomo e livre-iniciativa**. Porto Alegre: Magister, 2015.

MANPOWERGROUP. **A revolução das competências 4.0**. 2019. Disponível em: https://www.manpowergroup.com.br/wps/wcm/connect/manpowergroup/e25f275d-626b-48a0-b6ac-93ca845c5353/MPGBR_revolucao-das-competencias-40-br-2019.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=e25f275d-626b-48a0-b6ac-93ca845c5353. Acesso em: 17 dez. 2019.

MANUS, Pedro Paulo. A subordinação jurídica o contrato individual de trabalho. *In*: FREDIANI, Yone (coord.). **A valorização do trabalho autônomo e livre-iniciativa**. Porto Alegre: Magister, 2015.

_____. O salário e as transformações do direito do trabalho. *In*: NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **A transição do direito do trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 1999.

MARTÍN VALVERDE, Antonio *et al* **Derecho del trabajo**. 5. ed. Madrid: Tecnos, 1996.

MARTINS, Ives Gandra. A dualidade da iniciativa econômica na Constituição e a valorização do trabalho. *In*: FREDIANI, Yone (coord.). **A valorização do trabalho autônomo e livre-iniciativa**. Porto Alegre: Magister, 2015.

MARTINS, Nei Frederico Cano. Os princípios do direito do trabalho, o protecionismo, a flexibilização ou desregulamentação. *In*: SILVESTRE, Rita Maria; NASCIMENTO, Amauri Mascaro (coord.). **Os novos paradigmas do direito do trabalho: homenagem a Valentin Carrio**. São Paulo: Saraiva, 2001.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Flexibilização das condições de trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINEZ, Arturo. Flexibilização de normas e os novos rumos do direito do trabalho. *In*: ZAINAGHI, Domingos Sávio; FREDIANI, Yone. **Novos rumos do direito do trabalho na América Latina**. São Paulo: LTr, 2003.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas de trabalho**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Tradução Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASSI, Alfredo. Interpretação, integração e aplicação do direito do trabalho, sob a ótica da reforma trabalhista. *In*: FIGUEIREDO, Carlos Arthur *et al* (org.). **Reforma trabalhista: novos rumos do direito do trabalho e do direito processual do trabalho**. São Paulo: LTr, 2018.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Método, 2014.

MELO, Sandro Nahmias; RODRIGUES, Karen Rosendo de Almeida Leite. **Direito à desconexão do trabalho: com análise crítica da reforma trabalhista**. São Paulo: LTr, 2018.

MELO, Teresa. **Breves reflexões sobre mutação constitucional no Brasil e nos Estados Unidos**. Disponível em: <https://seer.agu.gov.br/index.php/EAGU/article/view/1642/1324>. Acesso em: 12 jul. 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. **Curso de direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MELLO, Marco Aurélio. A força normativa do princípio da proteção no direito constitucional do trabalho. *In*: PINTO, José Augusto Rodrigues; PAMPLONA FILHO, Rodolfo (coord.). **Principiologia**: estudos em homenagem ao centenário de Luiz de Pinho Pedreira da Silva um jurista de princípios. São Paulo: LTr, 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MENDONÇA, Camila de Lelis. Nova morfologia salarial: análise do art. 457 da CLT. *In*: MANNRICH, Nelson (coord.) **Reforma trabalhista**: reflexões e críticas. São Paulo: LTr, 2018.

MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. 4. ed. Coimbra: Coimbra, 2008. t. IV.

MISES, Ludwig von. **As seis lições**. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

MONTOYA MELGAR, Alfredo. **Derecho del trabajo**. 31. ed. Madrid: Tecnos, 2010.

MÜLLER, Friedrich. **Metodologia do direito constitucional**. Tradução Peter Naumann. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____. **O novo paradigma do direito**: introdução à teoria e metódica estruturantes. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NAHAS, Thereza; MIZIARA, Raphael. **Impactos da reforma trabalhista na jurisprudência do TST**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Direito do trabalho na Constituição de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1989.

_____. **Iniciação ao direito do trabalho**. 31. ed. São Paulo: LTr, 2005.

_____. Relação de emprego – natureza jurídica. *In*: DUARTE, Bento Herculano (coord.). **Manual de direito do trabalho**: estudos em homenagem ao prof. Cássio Mesquita Barros. São Paulo: LTr, 1998.

_____. **Teoria geral do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

NASSAR, Rosita de Nazaré Sindrim. **Flexibilização do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1991.

NEJAIM, Eduardo Fontes. Três grandes casos de mutação constitucional reconhecidos no STF. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XX, n. 165, out. 2017. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19667. Acesso em: 13 jul. 2018.

NETTO, Luísa Cristina Pinto e. **O princípio da proibição de retrocesso social**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

NICOLINI, Giovanni. **Compendio di diritto del lavoro**. Verona: CEDAM, 2004.

NORRIS, Roberto. **Contratos coletivos supranacionais de trabalho e a internalização das relações laborais no Mercosul**. São Paulo: LTr, 1998.

OIT agora diz que a reforma trabalhista respeita convenções internacionais. **Consultor Jurídico**, 7 jun. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jun-07/oit-volta-atras-reforma-trabalhista-respeita-convencoes>. Acesso em: 18 jun. 2018a.

OIT classifica reforma trabalhista brasileira como violadora de direito. **Consultor Jurídico**, 26 maio 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-29/brasil-entra-lista-suja-oit-cao-reforma-trabalhista>. Acesso em: 18 jun. 2018b.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. Interpretação das normas de direito do trabalho. In: MANNRICH, Nelson (coord.) **Reforma trabalhista: reflexões e críticas**. São Paulo: LTr, 2018.

PASTORE, José. **A agonia do emprego**. São Paulo: LTr, 1997.

PERES, Hugo. O Parágrafo único do art. 444 da CLT relativiza os princípios da proteção e da indisponibilidade de direitos, dando ao empregado ali enquadrado autossuficiência ampla para negociar as condições do contrato de trabalho? In: CALCINI, Ricardo; MENDONÇA, Luiz Eduardo Amaral. **Perguntas e respostas sobre a lei da reforma trabalhista**: obra coletiva por ocasião dos 2 anos da Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2019, v. 1.

PIOVESAN, Flávia. Não à desconstitucionalização dos direitos sociais. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 2000. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2000-jun-02/conquistas_trabalhistas_preservadas. Acesso em: 25 ago. 2016.

PRADEAU, Jean-François (org.). **História da filosofia**. Tradução James Bastos Arêas e Noéli Correia de Melo Sobrinho. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.

PRADO, Ney. Os princípios do direito do trabalho e a economia informal. In: SILVESTRE, Rita Maria; NASCIMENTO, Amauri Mascaro (coord.). **Os novos paradigmas do direito do trabalho**: homenagem a Valentin Carrio. São Paulo: Saraiva, 2001.

QUEIROZ, Cristina. **Direito constitucional**: as instituições do estado democrático e constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais; Coimbra: Coimbra, 2009.

RAMALHO, Maria do Rosário Palma. **Direito do trabalho**. Coimbra: Almedina, 2009, parte I.

REALE, Miguel. **Lições preliminares do direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIVA, Severino. **Compendio di diritto del lavoro**. 16. ed. Napoli: Simone, 2012.

ROBORTELLA, Luiz Carlos Amorim. Sujeitos da relação de emprego – empregado – espécies. In: DUARTE, Bento Herculano (coord.). **Manual de direito do trabalho**: estudos em homenagem ao prof. Cássio Mesquita Barros. São Paulo: LTr, 1998.

RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, Edusp, 1993.

ROMITA, Arion Sayão. **A subordinação no contrato de trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

_____. **Direitos fundamentais nas relações de trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2007.

_____. O direito coletivo antes e depois da Constituição de 1988. *In*: NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **A transição do direito do trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 1999.

_____. Visão crítica da principiologia trabalhista. *In*: PINTO, José Augusto Rodrigues; PAMPLONA FILHO, Rodolfo (coord.). **Principiologia**: estudos em homenagem ao centenário de Luiz de Pinho Pedreira da Silva (um jurista de princípios). São Paulo: LTr, 2016.

RIBEIRO, Viviane Lícia. Direito das empresas em crise x direito dos empregados – supremacia do negociado sobre o legislador. **Revista LTr**, ano 81, v. 9, p. 1100-10, set. 2017.

RUSSELL, Bertrand **História da filosofia ocidental**. Tradução Hugo Langone. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SANORO-PASSARELLI, Francesco. **Nozioni di diritto del lavoro**. 35. ed. Napoli: Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1987.

SANTOS, Carlos Victor Nascimento dos. **STF e mutação constitucional**: a ampliação de poderes da suprema corte por suas próprias decisões. Curitiba: Juruá, 2015.

SANTOS, Roberto A. O. Capital e trabalho na história: condições de justiça nas relações de produção. *In*: SILVESTRE, Rita Maria; NASCIMENTO, Amauri Mascaro (coord.). **Os novos paradigmas do direito do trabalho**: homenagem a Valentin Carrio. São Paulo: Saraiva, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SILVA, Floriano Vaz da. Os princípios do direito do trabalho e a sociedade moderna. *In*: SILVESTRE, Rita Maria; NASCIMENTO, Amauri Mascaro (coord.). **Os novos paradigmas do direito do trabalho**: homenagem a Valentin Carrio. São Paulo: Saraiva, 2001.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

_____. **Curso de direito constitucional positivo**. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

SILVA, Luiz de Pinho Pereira. **Principiologia do direito do trabalho**. Salvador: Grafia Contraste, 1996.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. Valores sociais do trabalho. *In*: PINTO, José Augusto Rodrigues; MARTINEZ, Luciano; MANNRICH, Nelson (coord.). **Dicionário brasileiro de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2013.

SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da. Autonomia privada coletiva. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 102, p. 135-159, jan./dez. 2007.

SIMÃO, Calil. **Elementos do sistema de controle de constitucionalidade**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. Princípios de direito do trabalho e economia de mercado: o tema e os particulares nacionais. In: SILVESTRE, Rita Maria; NASCIMENTO, Amauri Mascaro (coord.). **Os novos paradigmas do direito do trabalho**: homenagem a Valentin Carrio. São Paulo: Saraiva, 2001.

SOUSA, Otávio Augusto Reis de. **Nova teoria geral do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2002.

SOUZA JÚNIOR, Antonio Umberto de *et al.* **Reforma trabalhista**: análise comparativa e crítica da Lei 13.467/2017. São Paulo: Rideel, 2017.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. **Direito constitucional**: teoria, história e métodos de trabalho. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise**: uma exploração hermenêutica da construção do direito. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SUPIOT, Alain. **Crítica do direito do trabalho**. Tradução António Monteiro Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes. Alcance e objeto da flexibilização do **direito do trabalho**. In: NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **A transição do direito do trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 1999.

_____. Revisão dos direitos constitucionais do trabalhador. In: SOARES, José Ronald Cavalcante. **Estudos de direito constitucional**: homenagem a Paulo Bonavides. São Paulo: LTr, 2001.

_____. Conflito entre fontes de direito internacional. In: SILVESTRE, Rita Maria; NASCIMENTO, Amauri Mascaro (coord.). **Os novos paradigmas do direito do trabalho**: homenagem a Valentin Carrio. São Paulo: Saraiva, 2001.

SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes *et al.* **Instituições de direito do trabalho**. 22. ed. São Paulo: LTr, 2005.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Fronteiras da hermenêutica constitucional**. São Paulo: Método, 2006.

TIMÓTEO, Cristiano Matias. A flexibilização no direito do trabalho. **Revista do Direito do Trabalho**, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 43, v. 180, p. 35-44, ago. 2017.

VALDÉS, Alfredo. Derecho del trabajo para el nuevo milenio. In: SILVESTRE, Rita Maria; NASCIMENTO, Amauri Mascaro (coord.). **Os novos paradigmas do direito do trabalho**: homenagem a Valentin Carrio. São Paulo: Saraiva, 2001.

VICENTE, Osvaldo Mantero de San. **Derecho del trabajo de los países del Mercosur**: um estudo de derecho comparado. Montevideo: Fundacion de Cultura Universitária, 1996, Primeira parte.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WEIS, Carlos. **Direitos humanos contemporâneos**. São Paulo: Malheiros, 2006.

ZAINAGHI, Domingos Sávio; ZAINAGHI, Luis Guilherme Krenek. **Anotações à reforma trabalhista (Lei n. 13.467/2017)**: após o fim da MP n. 808/2017. São Paulo: LTr, 2018.

ZEIN, Sabrina. A nova caracterização dos empregados gestores a partir da Lei 13.467/17. *In*: PIRES, Rosemary de Oliveira; GEMIGNANI, Tereza Asta; MARANHÃO, Ney (coord.). **Contratos flexíveis na reforma trabalhista**: trabalho em tempo parcial, teletrabalho, trabalho intermitente, trabalhador hipersuficiente e terceirização. Belo Horizonte: RTM, 2019.

ZYLBERSTAJN, Hélio. Uma interpretação econômica para a crise do paradigma. *In*: FREDIANI, Yone (coord.). **A valorização do trabalho autônomo e livre-iniciativa**. Porto Alegre: Magister, 2015.